

1 **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CBH-SUAÇUÍ**

2 No dia 24 de agosto de 2021, às 14h10, de forma telepresencial, por meio da plataforma JITSI
3 MEET, foi realizada a Reunião Ordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Suaçuí
4 (CBH-Suaçuí). Dando início às atividades, a presidente do comitê, Paloma Galdino,
5 cumprimentou e agradeceu a todos pela presença. Prosseguindo, realizou a leitura da “Carta
6 de Abertura”, conforme orientado pela Instrução de Serviço do SISEMA, na qual estão
7 contidas informações sobre a plataforma e orientações para o bom andamento dos trabalhos
8 em ambiente virtual. Todos os conselheiros foram devidamente informados de que a reunião
9 estava sendo gravada e transmitida no Youtube para acompanhamento da sociedade.
10 Prosseguindo, foi feita a verificação de quórum, o qual foi confirmado com a presença de 22
11 (vinte e dois) conselheiros com direito a voto. Prosseguindo, foi passada à apreciação acerca
12 do conteúdo da ata da reunião extraordinária realizada no dia 11 de maio de 2021, tendo sido
13 dispensada a leitura do documento, o qual foi encaminhado junto à convocatória. Após
14 votação nominal junto aos conselheiros, a ata foi aprovada, com registro de 19 (dezenove)
15 votos favoráveis, 02 (duas) abstenções e nenhum voto contrário. Na sequência, foi iniciada a
16 apresentação dos informes sobre a Revisão do PIRH e Elaboração da Proposta de
17 Enquadramento. Inicialmente, a Sra. Paloma Galdino, que compõe o grupo de trabalho criado
18 pelo CBH-Doce para acompanhar o processo, fez uma breve contextualização sobre o tema.
19 Ela destacou a realização de uma capacitação sobre plano e enquadramento destinada aos
20 membros do CBH e coordenada pelo IGAM, realizada no mês de maio sob demanda do CBH-
21 Suaçuí, a fim de nivelar as informações para a participação adequada dos conselheiros.
22 Acerca da revisão, ela destacou que o trabalho já está rodando, sendo que, até o momento,
23 foram finalizados os dois primeiros produtos: o Plano de Trabalho e o MOP Preliminar.
24 Enfatizou, ainda, o envolvimento ativo e assíduo dos membros da CTPLAN do CBH-Suaçuí
25 que estão engajados para colaborar com o aprimoramento dos trabalhos. Dando sequência,
26 o Sr. Allan Mota, da Gerência de Planejamento de Recursos Hídricos – GPLAN, do IGAM, fez
27 uma síntese sobre as 08 (oito) etapas que envolvem o trabalho, com ênfase à participação de
28 diversos entes do sistema – Órgãos Gestores, CBHs, Agência de Bacia-, a Engecorps,
29 empresa contratada para a execução, bem como de toda a sociedade, cuja contribuição é
30 fundamental, considerando a importância de ouvir aqueles que conhecem o território e,
31 conseqüentemente, as especificidades locais. Sendo assim, mais uma vez, reforçou a
32 importância de que os conselheiros do comitê estejam engajados no processo, a fim de que
33 os objetivos sejam atingidos. Finalizando, a Sra. Luciane Teixeira, secretária adjunta do CBH-
34 Suaçuí, reforçou que o plano é da bacia e, por isso, deve ser construído de forma coletiva e
35 participativa. Por fim, reiterou a seriedade e o compromisso com que os membros da CTPLAN
36 têm participado das atividades. Dando continuidade à pauta, foi passado ao item relacionado

Aprovada na reunião plenária do CBH-Suaçuí, realizada em xx/xx/2021

37 aos encaminhamentos da Câmara Técnica de Outorga e Cobrança (CTOC). Sendo assim, foi
38 passada a palavra ao Sr. Wylliam Melo, do IGAM, para fazer a apresentação acerca da
39 Portaria IGAM nº 43/2021, por meio da qual foi declarada Situação Crítica de Escassez Hídrica
40 Superficial na porção hidrográfica localizada à montante da estação São Pedro do Suaçuí e
41 a sua bacia de contribuição. Inicialmente, ele trouxe alguns conceitos presentes na
42 Deliberação CERH/MG nº 49/2015, que estabelece diretrizes e critérios gerais para a
43 definição de situação crítica de escassez hídrica e estado de restrição de uso de recursos
44 hídricos superficiais nas porções hidrográficas do Estado de Minas Gerais, enfatizando que,
45 em 2021, essa foi a primeira portaria emitida, demonstrando a criticidade da situação,
46 sobretudo devido aos baixos índices de precipitação registrados neste ano, aliado ao fato de
47 que não há previsão de chuva para os próximos dias. Ele explicou que a portaria prevê uma
48 série de restrições de uso aos usuários outorgados, assim como sanções em caso de
49 descumprimento. Além disso, durante a vigência da portaria, ficam temporariamente
50 suspensas as emissões de novas outorgas de direito de uso consuntivo de recursos hídricos,
51 bem como solicitações de retificação de aumento de vazões e/ou de volumes captados, de
52 água de domínio do Estado, localizadas na área da porção hidrográfica declarada em situação
53 crítica de escassez hídrica. Ele destacou, ainda, que a localidade está sendo constantemente
54 fiscalizada, a fim de identificar e punir eventuais irregularidades. A Sra. Luciane Teixeira,
55 secretária adjunta do CBH-Suaçuí, enfatizou que a Portaria 43/2021 foi encaminhada a todos
56 os conselheiros do CBH, assim como aos municípios localizados na área, a fim de dar ciência
57 e conscientizar a todos quanto à gravidade da situação e o incentivo à busca de soluções
58 para minimizar e evitar a reincidência do problema. Em complementação às informações, o
59 Sr. Guilherme Barros Moreira, da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento
60 Sustentável – SEMAD, destacou que há, no momento, dedicação total à bacia do Suaçuí.
61 Segundo ele, foram realizadas as fiscalizações e estão sendo elaborados os relatórios, bem
62 como aplicadas infrações quando são identificados usuários irregulares. Por fim, a Sra.
63 Luciane Teixeira solicitou que as informações, após consolidadas, sejam remetidas ao CBH.
64 Na sequência, o Sr. Wylliam Mello, do IGAM, retomou a palavra para falar sobre o segundo
65 item relacionado aos trabalhos da CTOC, os informes sobre o Relatório de Disponibilidade
66 Hídrica - Bacia do Ribeirão Graipu. Segundo Wylliam, o relatório foi produzido com o objetivo
67 de analisar a situação da disponibilidade hídrica das intervenções em recursos hídricos em
68 um trecho da bacia hidrográfica do Ribeirão Graipu a montante da zona urbana do município
69 de Guanhães, no qual está havendo grande preocupação quanto ao abastecimento público
70 local por parte do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Guanhães, sendo produzido a partir
71 das informações contidas no SIAM (Sistema de Informações Ambientais), da SEMAD. Ele
72 explicou que em 2020 foi realizada ampla fiscalização da região, sendo, à época, emitidos 24
73 laudos de infração de recursos hídricos em desacordo com a legislação vigente, situação que

Aprovada na reunião plenária do CBH-Suaçuí, realizada em xx/xx/2021

74 pode comprometer a situação hídrica na bacia, tendo em vista que ocorre sem o controle de
75 vazão e horários desordenados nos dias e meses de estiagem. Além disso, ele destacou a
76 existência de elevado índice de cadastros de usos insignificantes que, até maio de 2021,
77 somavam 132, abrangendo águas superficiais e subterrâneas. Esses usos são de baixa vazão
78 e poucas horas de uso diário, mas o somatório de todos pode reduzir a lâmina d'água dos
79 cursos de água e interferir nas captações outorgadas. Outro fator extremamente relevante é a
80 baixa precipitação. De acordo com o técnico do IGAM, nos últimos 10 anos, vários estudos
81 indicam redução das lâminas médias pluviométricas em toda a bacia do Rio Doce. A região
82 do Suaçuí, que engloba a bacia alva, perdeu, nesse período, uma quantidade de chuva
83 equivalente a um ano hidrológico. Sendo assim, desde 2015, toda a bacia tem sentido os
84 impactos da seca nos meses de estiagem. No ano de 2020 houve uma melhora na
85 pluviometria em relação aos anos anteriores, porém, neste ano de 2021, até o mês de abril,
86 foram observados índices de pluviometria abaixo da média, que podem ocasionar baixos
87 índices pluviométricos nos meses de estiagem. No que se refere à interferência da Mineração
88 Guanhães, foi informado que o empreendimento ainda não está em operação, pois se
89 encontra na fase de licença de instalação. No caso das demais mineradoras em
90 funcionamento na região, houve a constatação de que se encaixam dentro dos limites
91 legalmente outorgáveis, mesmo somando todos os outros usos já outorgados. Em
92 complementação, o Sr. Guilherme Barros, da SEMAD, destacou que a região é uma das mais
93 visitadas em ações de fiscalização, considerando o histórico recente de problemas de
94 escassez. Ele ponderou, também, que a cidade está se desenvolvendo muito rapidamente,
95 sendo observada a abertura contínua de novos loteamentos. Sendo assim, observa-se que,
96 no momento, o principal gargalo no Graipu está relacionado à falta de chuva e não aos usos
97 existentes na área. Em complementação às informações, a Sra. Tatiana, do SAAE de
98 Guanhães destacou que o município possui elevado potencial de crescimento e,
99 recentemente passou por diversas crises hídricas, sendo a mais grave registrada em 2019. Ela
100 enfatizou que conta com a colaboração dos órgãos fiscalizadores que vem atuando na região,
101 pois já é notório que a região não pode contar apenas com a chuva. Segundo ela, diversas
102 ações visando à recuperação do manancial estão sendo executadas e, gradativamente, é
103 possível observar algumas melhorias. Por fim, a Sra. Luciane Teixeira, destacou que a região
104 do Graipu foi indicada pelo CBH-Suaçuí e CBH-Doce para ser contemplada no âmbito do
105 Programa de Recuperação de Nascentes da Fundação Renova. As ações já estão sendo
106 executadas e a previsão é recuperar 94 nascentes na área. Ela destacou também que foi
107 encaminhada ao IGAM, como demanda da CTOC, um ofício solicitando que fosse verificada
108 a viabilidade da instalação de uma estação fluviométrica na região do Graipu. Recentemente,
109 o IGAM respondeu informando que está realizando um estudo visando ao aprimoramento da
110 rede hidrometeorológica do Estado. No entanto, apenas após a conclusão da primeira etapa

Aprovada na reunião plenária do CBH-Suaçuí, realizada em xx/xx/2021

111 do estudo poderão ser estabelecidos os novos locais para a ampliação da rede de
112 monitoramento. Além disso, informou que a ampliação da rede também irá depender da
113 disponibilidade de recursos financeiros para tal propósito. Finalizadas as discussões sobre o
114 tema foi passado ao quinto item em pauta, relativo aos encaminhamentos da reunião da
115 Câmara Técnica do Plano de Recursos Hídricos (CTPLAN) sobre a definição dos cenários
116 para a implementação do Programa Rio Vivo na CH DO4 – Suaçuí. Inicialmente, a Sra.
117 Paloma Galdino fez uma breve explanação sobre a matéria, enfatizando que o tema foi
118 amplamente discutido pela diretoria e pela CTPLAN, com todo o suporte técnico da equipe da
119 AGEDOCE, a fim de apresentar à plenária o melhor cenário para o desenvolvimento da ação,
120 em consonância com a demanda existente e os recursos hídricos. Na sequência foi passada
121 a palavra ao Sr. Alex Cardoso, técnico da Escola de Projetos, da AGEDOCE, que fez uma
122 apresentação sobre o Rio Vivo, na qual explicou brevemente o conceito dos três programas
123 envolvidos e apresentou os municípios que serão contemplados. Explicou, ainda, os cenários
124 possíveis e mostrou o cenário indicado pela CTPLAN, no caso o CENÁRIO 01, que prevê a
125 execução total dos Programas de Controle de Atividade Geradora de Sedimentos (P12) e
126 Expansão do Saneamento Rural (P42) e, no caso do Programa de Recuperação de
127 Nascentes (P52) haverá o cercamento das nascentes e doação de mudas. Prosseguindo, foi
128 apresentado o parecer da CTPLAN recomendando, com embasamento, a aprovação desse
129 cenário. Por fim, a matéria foi colocada em votação, sendo aprovada pelos 19 (dezenove)
130 conselheiros com direito a voto presentes na sala no momento da votação. Em continuidade
131 à pauta, foi passada à apresentação do Plano de Trabalho apresentado à Auditoria do IGAM,
132 a ser implementado visando ao atendimento das recomendações contidas no Relatório de
133 Auditoria nº 2240.0349.21, elaborado a partir da auditoria compartilhada no Instituto
134 BioAtlântica (IBIO) que, até 2020, desempenhou o papel de Entidade Equiparada às funções
135 de Agência de Água junto aos comitês mineiros afluentes do rio Doce. Foi explicado que o
136 primeiro cronograma sugerido ainda é preliminar, considerando que o assunto deverá ser
137 trabalhado de forma mais aprofundada no âmbito dos CBHs, algo que ainda não foi possível
138 viabilizar, considerando o processo de estruturação da nova entidade delegatária, a
139 AGEDOCE. Ao final foi definido, como encaminhamento, que o tema será levado à reunião
140 da Câmara Técnica Institucional e Legal (CTIL), visando ao replanejamento dos prazos e
141 ações propostas e, depois, será remetido à plenária para validação e deliberação. Finalizados
142 os itens, foi passado aos assuntos gerais. Nesse momento, a secretaria adjunta do CBH-
143 Suaçuí, Luciane Teixeira, informou que está sendo organizada, junto à Fundação Renova,
144 uma visita técnica às nascentes que estão sendo recuperadas no âmbito do PG 27 na região
145 de Governador Valadares. A logística está sendo providenciada pela Renova e, inicialmente,
146 o público-alvo será a CTPLAN. A previsão é realizar a visita no início do mês de novembro.
147 Ademais, ela falou sobre a realização de uma nova etapa da Operação Olhos D'Água do

Aprovada na reunião plenária do CBH-Suaçuí, realizada em xx/xx/2021

148 IBAMA, prevista para segunda quinzena de novembro, nas áreas em que está ocorrendo a
149 recuperação de nascentes pela Fundação Renova. Foi informado que os municípios
150 contemplados receberão convite para a indicação de técnicos para acompanhar os trabalhos.
151 No entanto, caso algum conselheiro tenha a intenção de participar, deverá ser formalizado o
152 pedido para avaliar a viabilidade junto ao IBAMA. Sem mais itens em pauta, a reunião foi
153 encerrada às 17h00.

154
155
156

PALOMA GALDINO DA SILVA
Presidente do CBH-Suaçuí